

CONGRESSO

Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos realizam audiência pública conjunta sobre o tema na quarta-feira

Metanol na pauta do Senado

» WAL LIMA

O Senado Federal será o principal palco das discussões sobre a crise do metanol na próxima quarta-feira. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em conjunto com a de Direitos Humanos (CDH), realiza audiência pública para debater o surto de intoxicação causado por bebidas adulteradas, que já resultou em mortes e expôs falhas graves de fiscalização no país.

A iniciativa partiu do senador e médico Nelsinho Trad (PSD-MS), que alertou para a ausência de rastreabilidade nacional no setor. Segundo ele, o sistema Sicobe, que monitorava a produção por meio de marcadores digitais, foi descontinuado pela Receita Federal em 2016 e substituído por selos físicos da Casa da Moeda, vulneráveis à falsificação.

Trad propôs o convite a representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Receita Federal, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Polícia Federal, Conselho Federal de Química, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Ministério da Agricultura, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e de entidades do setor produtivo, como Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe). Também deverá participar o vice-ministro da Indústria e Comércio da

República Dominicana, Ramón Pérez Fermin, cujo país superou crise semelhante com o uso de rastreabilidade tecnológica.

O senador defendeu a adoção de medidas conjuntas e tecnológicas para coibir a produção clandestina e fortalecer a confiança do consumidor. “É fundamental garantir fiscalização efetiva e assegurar que a saúde pública esteja sempre em primeiro lugar”, afirmou o parlamentar ao **Correio**.

Enquanto o Senado se mobiliza, a Câmara dos Deputados segue sem discutir o tema. Procurada, a presidência da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) informou que não há nenhuma ação em andamento sobre o assunto. A falta de articulação ocorre mesmo com projetos em tramitação que tratam da falsificação de bebidas.

Entre as propostas paradas, está o Projeto de Lei 2.307/2007, que torna a falsificação de bebidas alcoólicas crime hediondo, com penas de seis a 12 anos de reclusão. O texto teve pedido de urgência aprovado recentemente, mas o debate ainda não foi retomado, apesar da gravidade do surto.

Nos bastidores do Congresso, parlamentares reconhecem que o tema precisa avançar com urgência. O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), afirmou que a crise do metanol “é um sinal de que o país perdeu o controle da rastreabilidade de produtos de alto risco sanitário”. Já a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) cobrou maior

Roque de Sá/Agência Senado



integração entre os ministérios e defendeu punições mais severas aos fabricantes clandestinos. “Estamos tratando de vidas, não apenas de mercado”, disse a senadora.

Ação conjunta

Diante do agravamento da crise, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, criou um comitê informal para coordenar o enfrentamento ao problema. O grupo reúne autoridades federais e representantes do setor de bebidas para acelerar a troca de informações e definir protocolos conjuntos de fiscalização. A Polícia Federal foi acionada para investigar a origem do metanol, sem descartar o uso indevido de insumos industriais.

O governo também avalia retomar a rastreabilidade digital, com o uso de selos inteligentes e marcadores criptográficos, em parceria com a Receita Federal, a Anvisa, o Ministério da Saúde e a Senacon.

É fundamental garantir fiscalização efetiva e assegurar que a saúde pública esteja sempre em primeiro lugar”

Nelsinho Trad,
senador (PSD-MS)

A proposta busca substituir o antigo sistema Sicobe, extinto há quase uma década. Técnicos dos ministérios envolvidos defendem que o novo modelo tenha caráter duplo — tributário e sanitário —, de modo a dificultar tanto o contrabando quanto a adulteração.

Nos estados, as ações de fiscalização foram intensificadas. Em

São Paulo, onde há o maior número de casos confirmados de contaminação (25, dado mais recente), 51 pessoas foram presas desde o início do ano, 30 delas apenas a partir do fim de setembro. As operações resultaram na apreensão de milhares de garrafas adulteradas, maquinário e lacres falsificados em cidades, como Hortolândia e Tatuí. O governo paulista também mantém um gabinete de crise, com participação da Polícia Civil, do Procon e da Vigilância Sanitária estadual.

O Procon-SP reforçou as inspeções por meio da operação De Olho no Copo, que mobilizou 400 agentes em mil estabelecimentos. Foram registradas irregularidades administrativas em 42 locais, mas sem indícios de contaminação por metanol. Segundo o órgão, a atuação conjunta com as vigilâncias municipais e o Ministério Público deverá ser ampliada para as próximas semanas.

Alerta sanitário e econômico

A crise do metanol provocou forte reação da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), que classificou o episódio como um alerta grave de saúde pública. A entidade lamentou as mortes em São Paulo e destacou que bares e restaurantes formais também são vítimas do comércio clandestino. “A falsificação e a adulteração de bebidas são crimes que colocam em risco a saúde da população e comprometem a imagem de todo o setor”, informou, em nota.

A Abrasel criticou a lentidão das autoridades e recomendou que estabelecimentos inutilizem garrafas vazias, quebrem lacres e evitem a reutilização de recipientes, para dificultar a ação de falsificadores. A associação ainda apontou que a demora na divulgação dos primeiros casos retardou medidas preventivas. “Mesmo sendo um problema antigo e conhecido, a atuação preventiva das autoridades ainda é insuficiente”, destacou.

Prejuízos

Além do impacto à saúde, a crise também trouxe prejuízos econômicos significativos. Dados da Cielo indicam queda de 13% nas vendas em bares, 8% em lojas de conveniência e 1% em restaurantes, entre 29 de setembro e 5 de outubro, em comparação ao mesmo período de 2024. Para especialistas, o temor dos consumidores e a perda de confiança no mercado formal podem gerar efeitos de longo prazo.

“Sem rastreabilidade e fiscalização rigorosa, o consumidor se sente desprotegido, e o setor formal paga a conta”, avalia o economista e consultor de mercado Fábio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo ele, a recuperação da confiança dependerá de uma resposta coordenada entre governo, Congresso e setor produtivo. (WL)

Nosso coração está cheio de gratidão!

A **Marotinha 2025** foi um verdadeiro sucesso. E tudo isso graças a vocês: pais, responsáveis e, claro, nossos pequenos grandes atletas!

Ver tantos sorrisos, corridas animadas, personagens encantando a criançada e famílias celebrando juntas fez deste Dia das Crianças um momento inesquecível.

Agradecemos por cada risada, cada passo e cada abraço compartilhado.

Muito mais do que uma corrida, vivemos um dia de afeto, energia e união!

E já estamos com saudade...

Nos vemos na Marotinha 2026 com ainda mais magia, movimento e diversão!

Até lá!

Realização:

Promoção:

Apoio:

Parceria

Apoio de Comunicação:

Apoio Gráfico:

Patrocínio: